

que Campos discute todos os problemas e posições, mesmo literárias e filosóficas, assumidos por Pessoa. É o único que lhe dirige *réplica poética*. É o único que o *substitui*, até nos encontros com os amigos e no namoro. É o único que fala de sua vida psíquica: do que vive e sente, do quotidiano, da dor, da esperança, do mistério.

Ele é, na verdade, o *Pessoa-outro*.

M. CORREIA FERNANDES

Da Pós-modernidade à Era Ecuménica

1989 — Início de uma nova era?

Hoje, e mais do que nunca, somos europeus e ocidentais. Por isso, tudo o que concerne a esta condição e área civilizacional nos afecta e nos interessa profundamente.

Mesmo em ordem à nova evangelização, que a Igreja está empenhada em empreender e parece adequar-se a um apelo da hora que vivemos, hora de profundas transformações e esperanças, que fazem augurar para o Cristianismo o estatuto ou papel de religião do futuro, já do imediato século XXI.

A filosofia pode constituir e deve constituir uma mediação creditada desta nova evangelização, não em abstracto, mas, por exemplo, propiciando uma leitura dos acontecimentos vertiginosos, registados na Europa de Leste, durante o ano transacto. Assim facultará ao evangelizador uma mentalidade liberta dos seus demónios interiores, sempre renascentes, evitando um conservadorismo e restauracionismo que o tornam menos ágil e anacrónico ou um progressismo que o torna precipitado e irrealista.

É este um serviço indispensável e, portanto, uma mediação concreta para a nova evangelização, a atender, apesar de colocar-se ao nível da filosofia da história e da cultura.

Antevisão de uma síntese de liberdade e igualdade

As profundas mutações verificadas no Leste europeu, de ordem social, política e económica, simbolizadas pela queda do muro de Berlim, eram previsíveis e desejadas, à luz de uma interpretação dialéctica da história e da esperança escatológica do Reino de Deus. Mas constituíram jubilosa surpresa, quanto ao momento e ao modo da sua ocorrência. Não se esperava que acontecessem tão proximamente, nem por implosão, ou seja, por iniciativa controlada dos poderes constituídos, e sem violência, pelo menos generalizada, ou vinda do exterior.

Qualquer que seja o rumo do processo em curso, a exigir sábia e cautelosa pedagogia política, uma coisa é certa: a derrocada do sistema colectivista, do socialismo real e, consequentemente, dos pressupostos filosóficos em que assentava — a utopia marxista. Não é apenas o estalinismo, ou o leninismo que estão em causa, mas o próprio marxismo,

ou o socialismo dito científico. Por consequência, também o materialismo dialéctico e o materialismo histórico, com o seu projecto mítico de um novo homem, desalienado, liberto de todas as superestruturas metafísicas e religiosas, e a meta ilusória de uma sociedade sem classes, sem Estado, porque sem conflitos e sem exploração do homem pelo homem, sociedade na qual a cada um seria pedido de harmonia com as suas possibilidades, e a cada um seria dado conforme as suas necessidades.

Desde a década de setenta que pensadores cristãos, filósofos e teólogos, na sequência do proclamado «fim da metafísica» (Nietzsche, Heidegger e Derrida), vinham assinalando o desgaste das duas ideologias dominantes nos tempos modernos: a ideologia do progresso científico e tecnológico, e a ideologia da revolução político-social.

Aliás, ambas tinham as suas origens mais remotas no racionalismo e no cientismo da Idade Moderna, os dois traços dominantes do espírito de uma época, que se designa por Modernidade e, ultimamente, no esquecimento do ser, que desde Platão, marcou a cultura ocidental. E são fruto desse processo de secularização que, ultrapassando a legítima secularidade do mundo, do homem, dos valores e da cultura, degenerou em secularismo, sob a forma quer de indiferença religiosa, quer de ateísmo científico e militante.

A proclamada morte de Deus levou à efectiva morte do homem, tanto teórica (estruturalismo, marxismo), como prática (Auschwitz e Goulag).

Por isso, vinha sendo advertido, sob diversas formas, que chegara a hora da verdade para a cultura ocidental: ou arripiava caminho, regressando a Deus, a Cristo e à Igreja e, assim, à verdade do homem e da civilização, ou precipitar-se-ia definitivamente no niilismo dos valores, no absurdo da existência, no sem sentido da história, e na aniquilação total, já à vista e possível, através do holocausto nuclear.

Por exemplo, Hans Kung, que já em 1974, no seu livro *Ser Cristão*, assinalava o estremecimento das ideologias dominantes que se tinham mostrado incapazes de conduzir, por si sós, a um verdadeiro humanismo, insiste em 1978 nesta interpretação, cada vez mais, confirmada pelos factos. Era então patente a crise económica e política, tanto no mundo capitalista, como socialista. E, sobretudo, o que antes vinha sendo pressentido e teorizado pelos especialistas, converteu-se em certeza angustiada para o grande público: o fracasso das ideologias e o temor pelo futuro.

Mas, os que mantinham a esperança — e os cristãos não a podiam perder — apontavam um caminho, divisavam uma solução: «A medida que o tempo passa, torna-se cada vez mais claro que a recusa total ou a aceitação total da evolução tecnológica e a recusa total ou a aceitação total da revolução político-social são alternativas falsas. A evolução da sociedade, no Ocidente como no Oriente, está clamando por uma nova síntese. Não poderão, num futuro longínquo, conjugar-se ambas as coisas?» (HANS KUNG, *Existe Diós?*, Madrid, 1979, 657).

Por sua vez, Marciano Vidal, teólogo moralista, não é menos explícito, um ano depois: «Cremos que a compreensão e a realização dos

direitos humanos, no momento actual, há de ter como modelo a opção do socialismo democrático. Esta viragem (...) evita os desvios do individualismo liberal, impede de cair nas garras dos totalitarismos e supera eficazmente os sonhos irreais das posições anarquizantes» (*Moral de Actitudes*, Madrid, 1981, 175).

A condição pós-moderna

Um pouco mais tarde e paralelamente, noutra área de investigação, filósofos e sociólogos da cultura, iniciam a discussão da chamada crise da modernidade, e anunciam a entrada num novo período histórico, que, à falta de definição positiva, designam de pós-moderno.

Jean François Lyotard publicou o ensaio — *A Condição pós-moderna*, em 1979. Seguiram-se-lhe outros estudos mais positivos, de especialistas dos processos culturais, nomeadamente na América e na Itália. Os primeiros, sobre a sociedade americana em geral, constatando a dissolução dos valores e o empobrecimento existencial, provocados pelo enfraquecimento das instituições transmissoras desses valores — a família e a escola.

Os segundos debruçam-se sobre o comportamento juvenil e registam a difusão da «cultura do narcisismo», inspirada na rígida separação entre esfera privada e esfera pública.

Segundo Lyotard e Habermas, embora partindo de perspectivas diversas, o que define a condição pós-moderna é precisamente a negação da capacidade humana de iluminação, de clarificação — o contrário da «aufklärung», que, por sua vez, entronca no desconhecimento da subsistência dos valores últimos — o niilismo dos valores.

Outros autores, como Jameson (marxista americano) e Vattimo, na mesma década de oitenta, particularizam aspectos ulteriores, a caracterizar a época nascente.

O importante, porém, a salientar é a coincidência das análises nas conclusões fundamentais: os factores que constituíram a modernidade, levados até ao extremo limite, pela força da sua lógica interna, unilateral e redutora, arrastaram-na à crise presente e pedem uma superação para salvar a humanidade do Homem.

O ano de 1989 — início da era ecuménica

A crise que os especialistas das várias ciências humanas vinham prevendo e teorizando, que o homem comum vinha pressentindo, tornou-se consciência pública e, inesperadamente, provocou a explosão das estruturas do Leste europeu. Como normalmente acontece nos processos históricos de mudança, houve uma aceleração que teve o seu ponto mais alto no ano de 1989.

Precisamente dois séculos depois da Revolução francesa, que, convencionalmente, marca o início da chamada época contemporânea, há um quase terramoto que derruba os sistemas colectivistas do Oriente, faz cair o chamado Segundo mundo e o aproxima do primeiro,

em busca da libertação de todos os constrangimentos de uma ideologia opressora, utópica e ineficaz. A igualdade, em busca da liberdade.

Pela extensão e profundidade desta mudança, o ano de 1989 ficará certamente, a assinalar o início de uma nova época, que, pelas características que vinham definindo a pós-modernidade, e dia a dia vêm sendo assumidas e confirmadas, bem se poderá chamar ecuménica.

«O homem pós-moderno é plural, ecuménico, planetário e policêntrico. (...) Para se não desfazer no puro fragmento, num pluralismo anárquico e caótico, numa esteticização geral da vida como resposta ao crepúsculo das «metanarrativas» legitimadoras, requer a abertura à dimensão místico-teológica, ao abismo do Insondável e Inobjectável do Sagrado, que não é unidade in-diferente. mas Mistério de Comunhão de Diferentes e, portanto, Generosidade absoluta e livre, que a todos congrega em polifonia ecuménica» (ANSELMO BORGES, *Fé e Missão*, in *Igreja e Missão*, n.º 142 (1988) 189).

Discernimento cristão

Agudiza-se, pois, no presente, o problema do discernimento cristão da nova era pós-moderna ou ecuménica. Seria negativo que se fixassem apenas os aspectos de crise da modernidade, como quem vê chegada a hora do triunfo do anti-modernismo. Não parecem imunes desta mentalidade alguns analistas especializados e certa literatura mística de tipo apocalíptico, vulgarizada nalguns meios católicos, mesmo entre nós.

Importa salientar, desde já, os valores novos em ascensão, capazes de mobilizar os povos e sobretudo os jovens: o desenvolvimento das estruturas da sociedade pós-industrial, que se apresentam mais complexas, flexíveis, diferenciadas, e individualísticas do que as estruturas da sociedade industrial; o declínio das ideologias totalizantes e dos sistemas políticos totalitários e ditatoriais, não apenas na Europa, mas na África e na América Central e do Sul; a diminuição dos indivíduos de personalidade autoritária; o aumento da tolerância e aceitação das diversidades étnicas, sociais e religiosas, propiciadas pelo incremento das comunicações e das trocas, bem como da internacionalização da economia, da cultura e da informação; a acrescida sensibilização face aos direitos de todos os cidadãos e particularmente das categorias mais débeis; o enfraquecimento do formalismo social e do respeito para com a autoridade política e social; o movimento ecológico e pacifista e o ecumenismo religioso.

Seria trágica para a Igreja a revescência de uma atitude anti-moderna, depois da experiência dos séculos passados, e, sobretudo da reconciliação com os valores legítimos da modernidade, operada pelo Vaticano II. Que a tentação restauracionista pode sempre ressurgir, provam-no certos assomos integralistas e conservadores, mas, principalmente, os casos extremos do cisma lefevrano e, noutro quadrante, do fundamentalismo islâmico.

O modelo da Igreja da nova era ecuménica está bem patente nos discursos e gestos simbólicos do Papa João Paulo II, nas suas viagens pastorais, que o levaram a todos os cantos do planeta, e nas quais tem estabelecido um diálogo exemplar com todas as religiões, culturais e povos, com todos os sistemas políticos e sociais, com todos os homens de boa vontade, abertos a um sã humanismo, ainda que se confessem agnósticos ou ateus. Aqui está a Igreja católica a ser profética e construtora da civilização do amor, a única capaz de fazer surgir uma nova Humanidade, que encontrará na fraternidade cristã a síntese dialéctica da liberdade e da igualdade.

ANGELO ALVES